

1  
2

Ata 299ª Reunião Ordinária do Conselho  
Estadual de Saúde.

3 Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2023, no Auditório Plenarino, situado na Assemblei  
4 Legislativa da Bahia, no Centro Administrativo da Bahia - CAB, realizou-se a 299ª Reunião  
5 Ordinária do Conselho Estadual de Saúde da Bahia. A reunião contou com a presença das (os)  
6 conselheiras (os) abaixo relacionados: Conselheiras (os) presentes: Roberta Silva de Carvalho  
7 Santana, Cássio André Garcia, Mauricio Carneiro Paim, Rosalvo de Oliveira Junior, José  
8 Saturnino Rodrigues, Luiz Delfino Mota Lopres, Thiago Lopes Cardoso Campos, Fernanda Melo  
9 Lins, Adeilma Pinheiro da Conceição, Maria Luiza Leitão Campelo, Victor Maia de Meneses  
10 Barbosa, Luana Grazielle Moura Saldanha, Maria da Conceição Sanches Passidomo, Kairo  
11 Silvestre Meneses Damasceno, Naiane Dias Costa, José Vasconcelos de Freitas, Silvio Roberto  
12 dos Anjos e Silva, Maria Helena Machado Santa Cecilia, Maria Helena Ramos Belos, Alcides  
13 Jorge Carvalho dos Santos, Valdemir Medeiros da Silva, Raimundo Rodrigues Cintra, José Silvino  
14 Gonçalves dos Santos, Marcos Antonio Almeida Sampaio e Zirlene dos Santos Matos Rebouças  
15 – Secretaria Executiva do CES. Às 14h10, o Senhor Presidente solicitou a verificação do quórum,  
16 constatando que não havia quórum suficiente para iniciar a reunião. **O Senhor Presidente** então  
17 informou que seguiria a proposta do Conselheiro Luiz Delfino, iniciando os informes, e assim que  
18 o quórum fosse atingido, declararia a reunião aberta. Os conselheiros presentes concordaram com  
19 a proposta. **O Conselheiro Rosalvo de Oliveira Júnior** informou sobre dois eventos realizados pela  
20 SEMA. O primeiro foi a expedição Darwin 200, em que o veleiro holandês percorreu os mesmos  
21 locais visitados por Darwin há 200 anos, ressaltando a importância de Darwin para a ciência e o  
22 estudo da evolução das espécies. O segundo evento foi o GlobalMangue, realizado em Maragogipe,  
23 que discutiu a educação ambiental em áreas de manguezais, 30 anos após o primeiro encontro  
24 sobre o tema. Durante o evento, foram debatidas estratégias para a criação de um novo plano  
25 nacional de conservação dos manguezais. Destacou que, se os ecossistemas não estiverem  
26 saudáveis, as pessoas também não estarão, e vice-versa. Enfatizou ainda a importância dos  
27 manguezais, que funcionam como berçários da vida marinha, e lembrou que 50% do oxigênio que  
28 respiramos vem dos oceanos. Se os oceanos estiverem contaminados por plástico e os manguezais  
29 degradados, não haverá saúde para ninguém. **O Conselheiro Raimundo Rodrigues Cintra** relatou  
30 que participou por quatro dias, em São Paulo, do Congresso Nacional da CUT, onde foram  
31 discutidas várias questões sobre a conjuntura nacional e internacional. Destacou que, em sua  
32 opinião a guerra não é o caminho, e sim o diálogo. Um tema que chamou muita atenção a nível  
33 nacional e trouxe para a Bahia foi o aumento do adoecimento mental entre os trabalhadores.  
34 Ressaltou a preocupação com o crescimento de casos de suicídio em diversas categorias e afirmou  
35 que se comprometerá a agendar um diálogo com a sociedade baiana sobre essa questão. Também  
36 mencionou que o INSS esteve presente no congresso, uma vez que muitos desses casos de  
37 adoecimento estão diretamente relacionados às condições de trabalho. Por fim, sugeriu que o CES  
38 coloque essa pauta em discussão, dada a gravidade do problema. **O Senhor Presidente** informou  
39 que o quórum estava completo e declarou aberta a reunião. Em seguida, fez a leitura do roteiro da  
40 reunião, que foi enviado por e-mail a todos os conselheiros. Foram registradas as justificativas de  
41 ausência dos seguintes conselheiros: Mirella, Francisco, Mauro, Moyses, Evandro, Ana Carina,  
42 Adjeane, Glayds, Stella, Edson, Lindiomar, Carolina, Tereza Deiró, Maria Ângela e Raul Molina.

43 **O Conselheiro José Vasconcelos de Freitas** informou que foi convidado a visitar a região de Entre  
44 Rios para conhecer algumas demandas na área da saúde. Relatou que entrou em contato com a  
45 secretária de saúde local para agendar visitas às unidades de saúde da região. Durante a visita,  
46 passou por três comunidades quilombolas e ficou surpreso com a falta de conhecimento sobre o  
47 programa Saúde Dirigida, desenvolvido pelo Presidente Lula. Aproveitou a oportunidade para  
48 explicar questões de saúde utilizando o método das cores da urina, de forma acessível para pessoas  
49 analfabetas. Também mencionou que, no quilombo visitado, as igrejas evangélicas estavam se  
50 instalando na comunidade para realizar atividades políticas. **O Senhor Presidente** esclareceu que é  
51 função do Conselho Estadual de Saúde difundir informações e deliberar sobre as políticas de saúde.

52 **O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** enfatizou a importância da segurança do  
53 paciente, tanto no hospital quanto durante o transporte em equipamentos de saúde. Destacou a  
54 situação do transporte de crianças em ambulâncias, onde muitas vezes, não há estrutura adequada  
55 para garantir a segurança da criança. Geralmente as crianças são transportadas no colo da mãe,  
56 especialmente no pós-parto, e podem viajar por períodos de 12 a 24 horas. Ressaltou a necessidade  
57 de adaptar as ambulâncias para garantir um transporte mais seguro. Citou o caso de uma mãe que,  
58 ao não conseguir segurar a criança, viu a criança cair e infelizmente vir a óbito. Mencionou a  
59 violência na Bahia, que se reflete no sistema prisional, nos hospitais e nos cemitérios, gerando  
60 custos elevados para o SUS e causando grandes transtornos às famílias. Abordou ainda a questão  
61 da saúde mental tanto da população encarcerada quanto dos trabalhadores do sistema prisional,  
62 um tema que considera importante ser discutido pelo Conselho. Destacou sua participação na  
63 coordenação estadual da Pastoral Carcerária, o que lhe tem permitido conhecer realidades fora de  
64 Salvador. **A Conselheira Naianne Dias Costa** informou que, no dia 27 de outubro de 2023, foi  
65 celebrado o Dia da Saúde da População Negra, além do Dia Mundial das Pessoas com Doença  
66 Falciforme. **O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva** informou que está representando o  
67 Conselho Estadual de Saúde na Comissão de Educação Permanente, participando do projeto  
68 'Participa SUS', desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Saúde e o CEAP - Centro  
69 de Assessoria Popular. O projeto tem como objetivo formar formadores para o Controle Social.  
70 Participou de uma oficina em Brasília e ressaltou que já foram realizadas duas oficinas no estado  
71 da Bahia, uma em Ilhéus e outra em Vitória da Conquista. A última oficina no estado ocorrerá em  
72 Barreiras. Após essas, está confirmada uma oficina em Brasília, onde será apresentado o projeto  
73 de como a Bahia atuará no processo de formação de formadores para o Controle Social. **O**  
74 **Conselheiro Alcides Jorge Carvalho dos Santos** relatou que teve contato com o doutor Roberto  
75 Lauande Pimentel, oftalmologista especializado em glaucoma e saúde ocular da população negra.  
76 Solicitou ao Conselho que traga o especialista para realizar uma palestra no mês de novembro,  
77 devido à importância de tratar da saúde ocular dessa população. Mencionou ainda, que em uma  
78 reunião do Conselho Nacional de Saúde fez uma provocação sobre a falta de uma secretaria  
79 específica para a saúde da população negra no Ministério da Saúde, considerando que existe uma  
80 secretaria para a população indígena. Propôs também que o Conselho crie uma comissão de saúde  
81 da população negra. Destacou que a Bahia já possui uma política estadual de saúde integral para a  
82 população negra e um comitê técnico de saúde da população negra dentro da SESAB, além de sua  
83 participação na Rede Nacional de Religiões de Matriz Africana de Saúde. **O Conselheiro Victor**  
84 **Maia de Meneses** informou que, no mês de julho, ocorreu a Campanha Julho Verde, com foco no

85 câncer de cabeça e pescoço. Uma audiência pública sobre o tema estava inicialmente agendada  
86 para julho, mas, devido ao recesso parlamentar, foi realizada apenas no dia 28 de setembro.  
87 Durante a audiência, foi discutido o câncer de cabeça e pescoço, com a participação do Hospital  
88 Aristides Maltez e do deputado estadual Alex da Piatã. A equipe do hospital solicitou o aumento  
89 no número de fonoaudiólogos para atender aos pacientes, destacando que a reabilitação  
90 fonoaudiológica é fundamental não apenas para a voz, mas também para a alimentação, fala e  
91 respiração, áreas diretamente impactadas pela fonoaudiologia. Enfatizou a importância de  
92 contratar mais fonoaudiólogos e ampliar os centros de reabilitação para pacientes com câncer de  
93 cabeça e pescoço, além de outras patologias. **A Conselheira Maria Helena Machado Santa Cecilia**  
94 informou que o Conselheiro Joselito não conseguiu acessar a reunião online devido a um  
95 imprevisto. Destacou que a APALBA integra um coletivo nacional de pessoas com albinismo, que  
96 está trabalhando na formação da Associação Nacional das Pessoas com Albinismo. Várias  
97 reuniões em Brasília foram realizadas para discutir a criação de uma política nacional de saúde  
98 voltada para as pessoas com albinismo. **A Conselheira Maria da Conceição Sanches Passidomo**  
99 **informou que iria falar** falou sobre os dentistas do SUS, que estão conduzindo um movimento  
100 nacional para garantir o cumprimento do piso salarial mínimo, uma legislação em vigor desde  
101 1961, mas que ainda não foi implementada. Esse movimento tem se expandido por todo o país.  
102 Recentemente, o Ministério da Saúde publicou uma portaria que destina verba para as equipes de  
103 saúde bucal, mas o presidente do CONASEMS, Hisham Mohamad Hamida, cirurgião-dentista  
104 registrado no Conselho Regional de São Paulo, solicitou ao Ministério a remoção do artigo que  
105 prevê essa verba para os funcionários das equipes de saúde bucal. Pediu ao Conselho que emita  
106 uma nota de repúdio a essa solicitação, em nome dos trabalhadores do SUS. **O Senhor Presidente**  
107 solicitou à Conselheira Maria Passidomo que redigisse o texto para leitura e aprovação do plenário.  
108 Informou que recebeu um convite para as oficinas macroregionais do PRI, que ocorrerão em  
109 novembro, com cerca de nove oficinas, uma em cada região. O convite seria encaminhado à  
110 Comissão de Regionalização para que um representante acompanhasse as atividades. Além disso,  
111 pediu à Secretaria Executiva que enviasse o convite aos conselheiros para verificar quem teria  
112 disponibilidade para participar. Comunicou também que estava se desligando do Comitê Técnico  
113 de Doença Falciforme, pois não conseguiu acompanhar as atividades. Questionou se algum  
114 conselheiro poderia assumir a participação no comitê. Os Conselheiros José Vasconcelos e  
115 Roberta Santana se colocaram à disposição para participar. Em seguida, colocou em apreciação as  
116 Atas da 291<sup>a</sup>, 292<sup>a</sup> e 293<sup>a</sup> Reuniões Ordinárias do CES, além da Ata da 53<sup>a</sup> Reunião Extraordinária,  
117 todas aprovadas por unanimidade. **A Secretária da Saúde Roberta Santana** deu Posse Coordenação  
118 Executiva Recondução - Biênio 2023-2025. “ Termo De Posse Coordenação Executiva  
119 Recondução - Biênio 2023-2025, Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2023, no Auditório  
120 Plenarinho, localizado na Assembleia Legislativa da Bahia- Alba, Centro Administrativo da Bahia  
121 - CAB perante a senhora Roberta Silva de Carvalho Santana - Secretária Estadual de Saúde,  
122 compareceu o Conselheiro MARCOS ANTONIO ALMEIDA SAMPAIO, representante do  
123 segmento Usuário - Fórum Pensar Saúde, para tomar posse como Presidente da Coordenação  
124 Executiva do Conselho Estadual de Saúde - Biênio 2023-2025, conforme deliberação pelo Pleno  
125 em sua 53<sup>a</sup> Reunião Extraordinária do CES do dia 21/09/2023, através da Resolução de nº 30/2023,  
126 que aprova pela recondução das Entidades e seus respectivos Conselheiros que compõem o pleno

127 do Conselho Estadual de Saúde – CES e dos membros da Coordenação Executiva do CES para o  
128 biênio 2023-2025, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 28/09/2023”. “ Termo De Posse  
129 Coordenação Executiva Recondução - Biênio 2023-2025, Aos vinte e seis dias do mês de outubro  
130 de 2023, no Auditório Plenarinho, localizado na Assembleia Legislativa da Bahia- Alba, Centro  
131 Administrativo da Bahia - CAB perante a senhora Roberta Silva de Carvalho Santana - Secretária  
132 Estadual de Saúde, compareceu a Conselheira ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA,  
133 representante do segmento Gestor – Secretaria Estadual de Saúde - SESAB, para tomar posse  
134 como Vice- Presidente da Coordenação Executiva do Conselho Estadual de Saúde, Biênio 2023-  
135 2025, conforme deliberação pelo Pleno em sua 53ª Reunião Extraordinária do CES do dia  
136 21/09/2023, através da Resolução de nº 30/2023, que aprova pela recondução das Entidades e seus  
137 respectivos Conselheiros que compõem o pleno do Conselho Estadual de Saúde – CES e dos  
138 membros da Coordenação Executiva do CES para o biênio 2023-2025, publicada no Diário Oficial  
139 do Estado do dia 28/09/2023”. “ Termo De Posse Coordenação Executiva Recondução - Biênio  
140 2023-2025, Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2023, no Auditório Plenarinho, localizado  
141 na Assembleia Legislativa da Bahia- Alba, Centro Administrativo da Bahia - CAB perante a  
142 senhora Roberta Silva de Carvalho Santana - Secretária Estadual de Saúde, compareceu a  
143 Conselheira MARIA LUIZA LEITAO CAMPELO, representante do segmento Trabalhador -  
144 Conselho Regional de Enfermagem da Bahia - COREN, para tomar posse como Secretário-Geral  
145 da Coordenação Executiva do Conselho Estadual de Saúde, Biênio 2023-2025, conforme  
146 deliberação pelo Pleno em sua 53ª Reunião Extraordinária do CES do dia 21/09/2023, através da  
147 Resolução de nº 30/2023, que aprova pela recondução das Entidades e seus respectivos  
148 Conselheiros que compõem o pleno do Conselho Estadual de Saúde – CES e dos membros da  
149 Coordenação Executiva do CES para o biênio 2023-2025, publicada no Diário Oficial do Estado  
150 do dia 28/09/2023”. “Termo De Posse Coordenação Executiva Recondução - Biênio 2023-2025,  
151 Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2023, no Auditório Plenarinho, localizado na  
152 Assembleia Legislativa da Bahia- Alba, Centro Administrativo da Bahia - CAB perante a senhora  
153 Roberta Silva de Carvalho Santana - Secretária Estadual de Saúde, compareceu o Conselheiro  
154 JOSÉ VASCONCELOS DE FREITAS, representante do segmento Usuário - Associação de  
155 Defesa dos Pacientes Crônicos Renais do Estado da Bahia – ASDEPACRE/BA, para tomar posse  
156 como Secretário Adjunto da Coordenação Executiva do Conselho Estadual de Saúde , Biênio  
157 2023-2025, conforme deliberação pelo Pleno em sua 53ª Reunião Extraordinária do CES do dia  
158 21/09/2023, através da Resolução de nº 30/2023, que aprova pela recondução das Entidades e seus  
159 respectivos Conselheiros que compõem o pleno do Conselho Estadual de Saúde – CES e dos  
160 membros da Coordenação Executiva do CES para o biênio 2023-2025, publicada no Diário Oficial  
161 do Estado do dia 28/09/2023”. **O Senhor Presidente** informou que faria uma inversão de pauta,  
162 pois o Conselheiro Thiago Campos, que apresentaria o Parecer do Relatório de Gestão da SESAB,  
163 Exercício 2022, estava a caminho. A proposta foi aprovada pelos conselheiros presentes. Em  
164 seguida, passou ao primeiro item da pauta e convidou a Dra. Roberta Silva de Carvalho Santana,  
165 Secretária Estadual de Saúde, para apresentar o 1º e o 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre  
166 Anterior (RQDA 2023). **A Dra. Roberta Silva de Carvalho Santana – Secretária Estadual de Saúde**  
167 informou que a Senhora Emanuele Figueiredo Barbosa, Assessora de Planejamento e Gestão, faria  
168 a apresentação dos relatórios. **A Senhora Emanuele Figueiredo Barbosa - Assessora de**

169 **Planejamento e Gestão** apresentou os relatórios, que foram previamente enviados por e-mail a  
170 todos os conselheiros. **O Senhor Presidente** convidou o Conselheiro Thiago Campos para  
171 apresentar o Parecer do Relatório de Gestão da SESAB, Exercício 2022, e, em seguida, conduziria  
172 a discussão de forma unificada. **O conselheiro Thiago Lopes Cardoso Campos** realizou a leitura  
173 do parecer - “PARECER RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2022, SECRETÁRIA  
174 ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA I. Introdução 1. Trata-se de parecer acerca  
175 do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2022 da Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia -  
176 SESAB, elaborado com o fito de subsidiar a análise do Plenário do Conselho Estadual de Saúde,  
177 a quem compete nos termos da LC 141/2012 emitir Parecer conclusivo. 2. A Lei Complementar  
178 nº 141, de 13/01/2012 estabelece: Art. 36. (...) § 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os  
179 Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante o envio de  
180 Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao  
181 da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou  
182 não das normas estatuídas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive  
183 em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos arts. 56 e 57 da Lei  
184 Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 3. Conforme a Portaria de Consolidação nº 1/2017  
185 do Ministério da Saúde, o Relatório Anual de Gestão (RAG) é o instrumento de gestão de  
186 elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da  
187 Programação Anual de Saúde (PAS). É, portanto, o instrumento que se subsidia a atuação do  
188 controle social e evidencia a participação da comunidade na gestão do SUS. 4. Importante lembrar  
189 que o PAS é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde e tem por  
190 objetivo anualizar as metas do Plano de Saúde e prever a alocação dos recursos orçamentários a  
191 serem executados. Assim, os demonstrativos apresentados no RAG acompanham e avaliam as  
192 iniciativas operacionalizadas pela Programação Anual de Saúde (PAS) em consonância com o  
193 planejamento quadrienal indicado no Plano de Saúde (PS), visando alcançar os objetivos do SUS.  
194 5. O RAG contempla as diretrizes, objetivos, metas e indicadores do Plano Estadual de Saúde  
195 2020-2023; a análise de execução das metas previstas na PAS 2022; a análise da execução  
196 orçamentária anual; eventuais recomendações que se fizerem necessárias, incluindo possíveis  
197 redirecionamentos do Plano de Saúde. 6. É com base nessas considerações gerais que passo à  
198 análise. II. Da análise 7. O RAG 2022 foi encaminhado aos Conselheiros, por e-mail, no dia  
199 30/03/2023 e reenviado no dia 11/04/2023, em arquivo eletrônica, dentro do prazo legal. 8. O  
200 Relatório de Gestão 2022 apresentado pela SESAB está sistematizado e estruturada de acordo com  
201 o quanto previsto na legislação sanitária, estando subdividido em 6 (seis) partes e seus anexos, a  
202 saber: PARTE I – SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – ESTRUTURA  
203 ORGANIZACIONAL, PARTE II – MONTANTE E FONTE DOS RECURSOS APLICADOS,  
204 PARTE III – AUDITORIAS REALIZADAS OU EM FASE DE EXECUÇÃO NO PERÍODO E  
205 SUAS RECOMENDAÇÕES, PARTE IV – ACOMPANHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO  
206 ANUAL DE SAÚDE (PAS), PARTE V – MONITORAMENTOS INDICADORES, PARTE  
207 VI – AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID19, ANEXOS. 9. A análise a ser empreendida  
208 neste Parecer é realizada tomando por base: (a) o Plano Estadual de Saúde 2020-2023; (b) a  
209 Programação Anual de Saúde 2022; (c) a legislação sanitária e os princípios do direito sanitário  
210 aplicáveis; (d) as informações, os esclarecimentos e o assessoramento prestados pela Assessoria

211 de Planejamento e Gestão (APG) e pelo Fundo Estadual de Saúde (FESBA). 10. Do ponto de vista  
 212 formal, o RAG2022 se constitui em um relatório robusto, com 417 páginas, com linhagem técnica,  
 213 porém clara e objetiva, permitindo ao relator a compreensão da execução orçamentária e financeira  
 214 da Secretária, bem como as ações, programas e metas pactuadas e atingidas, bem como as  
 215 respectivas justificativas e esclarecimentos. 11. Quanto à execução orçamentária e financeira da  
 216 SESAB, o RAG 2022 apresenta as despesas considerando-as por grupo e natureza da despesa, por  
 217 programa e compromisso, bem como expressa o cumprimento do quanto previsto na LC 141/12.  
 218 12. A aplicação líquida de impostos e transferências em ações e serviços públicos de saúde superou  
 219 o mínimo fixado na EC 29/2000 de 12%, atingindo em 2022 o percentual de 14,78%. Foram  
 220 aplicados no ano R\$ 6.471.015,00 (seis bilhões, quatrocentos e setenta e um milhões e quinze mil  
 221 reais). 13. Em relação aos anos anteriores, representa a maior aplicação percentual realizada pelo  
 222 Estado da Bahia em ações e serviços públicos de saúde, conforme Tabela abaixo:

**TABELA 13 - APLICAÇÃO LIQUIDAÇÃO DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS EM ASPs - 2022**

Período	Receita Líquida de Impostos (RLI)	Aplicação		Aplicação Realizada	
		valor	%	valor	%
2015	23.715.742	2.845.889	12	3.010.066	12,69
2016	25.212.835	3.025.540	12	3.149.566	12,49
2017	26.042.458	3.125.094	12	3.476.466	13,35
2018	28.559.698	3.427.384	12	3.540.261	12,40
2019	30.284.075	3.634.090	12	4.051.593	13,38
2020	30.978.445	3.717.413	12	4.148.231	13,39
2021	39.046.121	4.685.534	12	5.356.768	13,72
2022	43.788.804	5.254.656	12	6.471.015	14,78

Fonte: RREO/ SEFAZ 6º bimestre 2022

223  
 224 14. Importante registrar que no ano de 2022 e considerando o avanço da vacinação populacional e  
 225 a consequente redução do número de casos e óbitos decorrente da contaminação pela Covid-19, as  
 226 ações vinculadas à pandemia começaram a ser descontinuadas. Apesar disso, as ações  
 227 orçamentárias específicas para o enfrentamento à Covid-19, seguiram sendo executadas pelas ações  
 228 2001 (programa 502) e 4341, com orçamento atual R\$ 253.831.047 (duzentos e cinquenta e três  
 229 milhões, oitocentos e trinta e um mil e quarenta e sete reais), tendo sido empenhado no exercício  
 230 R\$ 235.301.144,23 (duzentos milhões, trezentos e um mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte  
 231 e três centavos), representando 93,75% de empenho no exercício. 15. Destaca-se ainda, quanto à  
 232 execução da despesa orçamentária, a execução de 704,3 milhões de investimentos no período,  
 233 representados em 91,7% de execução para pagamentos de realização de obras de construção,  
 234 reforma, recuperação e ampliação de unidades hospitalares e ambulatoriais, aquisições de  
 235 ambulâncias, renovação de frota de veículos, aparelhamentos de unidades de saúde e  
 236 administrativas e outras despesas que integram o patrimônio do Estado.

**TABELA 5 - EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA POR GRUPO DE DESPESA – BAHIA - 2022**

Grupo	Descrição	ORÇADO		EXECUÇÃO DA DESPESA			
		Inicial	Atual (A)	Empenhado (B)	(%)	Liquidado	Pago
3.19	Secretaria da Saúde	6.254.809.800,00	8.661.806.892,00	8.486.621.585,00	97,98	8.258.607.084,79	8.170.917.724,04
3.19.19601	Fundo Estadual de Saúde	6.157.757.800,00	8.547.343.373,00	8.386.504.282,46	98,12	8.160.606.934,12	8.073.761.155,84
1	Pessoal e Encargos Sociais	1.075.113.000,00	1.237.637.891,00	1.224.321.277,44	98,92	1.224.116.435,95	1.207.911.497,01
2	Juros e Encargos da Dívida	17.148.000,00	17.148.000,00	17.148.000,00	100,00	14.667.535,54	14.667.535,54
3	Outras Despesas Correntes	4.791.369.140,00	6.452.590.652,00	6.368.820.972,00	98,70	6.241.511.838,90	6.181.501.554,92
4	Investimentos	214.964.660,00	767.418.853,00	704.317.890,04	91,78	608.414.980,75	599.974.382,81
5	Inversões Financeiras	27.908.000,00	41.292.977,00	41.292.976,37	100,00	41.292.976,37	39.103.018,95
6	Amortização da Dívida	31.255.000,00	31.255.000,00	30.603.166,61	97,91	30.603.166,61	30.603.166,61
3.19.19201	Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia	97.052.000,00	114.463.519,00	100.117.302,54	87,47	98.000.150,67	97.156.568,20
1	Pessoal e Encargos Sociais	37.821.000,00	41.562.714,00	40.953.869,03	98,54	40.953.869,03	40.334.044,11
3	Outras Despesas Correntes	57.731.000,00	69.616.987,00	58.189.547,71	83,59	56.395.400,29	56.171.642,74
4	Investimentos	1.500.000,00	3.283.818,00	973.885,80	29,66	650.881,35	650.881,35
<b>TOTAL</b>		<b>6.254.809.800,00</b>	<b>8.661.806.892,00</b>	<b>8.486.621.585,00</b>	<b>97,98</b>	<b>8.258.607.084,79</b>	<b>8.170.917.724,04</b>

Fonte: SEFAZ - Flplan Gerencial, posição de 20 de janeiro 2023

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

16. Importante destacar a redução significativa de despesas de Restos a Pagar (RP) no período. Até dezembro de 2022 foram liquidados R\$ 315,7 milhões, sendo R\$ 312,7 milhões do FESBA e R\$ 2,9 milhões da HEMOBA. Comparando o montante de despesas de RP com o ano de 2021 (R\$ 416 milhões), houve uma redução de 24,1%. 17. Especialmente quanto a apreciação das metas, ações e indicadores da Programação Anual de Saúde 2022, o RAG 2022 apresenta os resultados dos sete compromissos contemplados no Programa Saúde, construído visando a edificação de um modelo de atenção à saúde consoante os princípios e diretrizes que norteiam o SUS. 18. As metas de cada um dos compromissos assumidos no Programa Saúde envolvem as seguintes áreas: (a) Vigilância Proteção e Promoção da Saúde; (b) Atenção Integral à Saúde com ampliação do acesso às ações e serviços de saúde; (c) Saúde com inclusão social das populações historicamente excluídas, discriminadas e ou estigmatizadas (população negra, indígena, quilombola, assentados, acampados, lésbicas, gay, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, pessoas com deficiência e pessoas em privação de liberdade); (d) Cuidado Integral e Humanizado no Curso da Vida; Política de Sangue; (e) Planejamento, Rede e Regulação em Saúde; (f) Gestão Democrática e Participativa do SUS; (g) Controle Social. 19. Ao todo o PAS possui 7 Compromissos, com 48 (quarenta e oito) metas, destrinchadas estas ainda em diversas iniciativas, cada um com descrição de indicadores para fins de avaliação e monitoramento. O Compromisso 7 indica apenas iniciativas e, por essa razão, optei por considerar para avaliação um total de 62 (sessenta e duas) metas/iniciativas fixadas em todo o PAS. 20. Observa-se que apenas 17% (dezessete por cento) das metas/iniciativas pactuadas não foram cumpridas no período, tendo sido apresentadas justificativas em cada um dos casos. Além disso, 27% (vinte e sete por cento) das metas/iniciativas foram parcialmente cumpridas e 56% (cinquenta e seis por cento) integralmente cumpridas, muitas delas em percentuais muito superior à meta. 21. Nesse sentido, o RAG 2022 apresenta o atingimento das metas atreladas aos compromissos fixados no PAS 2021. Contudo, duas questões chamam atenção e demandam deste Conselho ação: (i) revisão das metas, de modo que reflitam compromissos factíveis e desafiadores; (ii) avaliação dos impactos da pandemia no desenvolvimento das ações para o atingimento das metas, principal justificativa para o não atingimento. 22. Cabe registro à Meta 8, do Compromisso 6, destinada ao fortalecimento das instâncias de controle social, que teve em 2021 apenas 48,9% da meta atingida foi integralmente cumprida no ano de 2022. Esta por ter relação com a participação social e o controle, representa

268 tema caro a este Conselho Estadual de Saúde e que deve ser priorizado o seu acompanhamento.  
269 23. Cabe igualmente registro a Meta 2, do Compromisso 6, destinada a expansão do número de  
270 unidades da Ouvidoria do SUS-BA, que atingiu o percentual de 104% de realização, tendo  
271 alcançado o expressivo número de 26 novas ouvidorias em funcionamento, em diversos município  
272 do Estado. As Ouvidorias do SUS são parte importante da expressão da participação comunitária  
273 do SUS, dando voz aos usuários no processo de acompanhamento, monitoramento e  
274 fortalecimento do sistema de saúde. 24. Preocupa o parcial atingimento do Compromisso 5,  
275 voltando à Potencializar a atenção hematológica e hemoterápica à população baiana. Das 3 metas  
276 pactuadas um não foi atingida e as duas outras foram apenas parcialmente atingidas, apesar de  
277 expressarem percentuais de mais de 80%. A situação dos renais crônicos preocupa o Conselho,  
278 sendo necessário um reforço na atuação da Secretaria neste ponto. 25. A análise dos indicadores  
279 de saúde demonstra um cenário epidemiológico no Estado com a permanência de doenças  
280 negligenciadas (tuberculose, hanseníase), recrudescimento das consideradas anteriormente  
281 controladas (cólera, sarampo), das emergentes (COVID-19, Monkeypox) e reemergentes  
282 (Arboviroses). A este contexto agregam-se as elevadas taxas de morbimortalidade por causas  
283 externas (acidentes e violência), transição nutricional, quadros de extrema pobreza e ocorrência de  
284 desastres naturais, que de forma distinta ocorrem no território baiano. 26. A Bahia tem enfrentado  
285 mudanças nos padrões de adoecimento e mortes, diretamente relacionadas ao aumento da  
286 longevidade e alterações no perfil demográfico da população, nos movimentos migratórios entre  
287 outras causas. 27. Alguns elementos favoráveis merecem registro: (i) redução de 0,8% da taxa de  
288 mortalidade por Doença de Chagas; (ii) redução de 3,0% da taxa de mortalidade por tuberculose:  
289 redução; (iii) redução da taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) /100.000 habitantes por  
290 DAC; (iv) redução da incidência e da letalidade por COVID (2020-2023), e; aumento do  
291 percentual de registro de óbito com causa definida. 28. Igualmente, merecem registro questões  
292 sensíveis e preocupantes que devem ser atentados pela gestão do SUS-Bahia: (i) aumento de 4,41%  
293 taxa de incidência por tuberculose; (ii) aumento da taxa de mortalidade por AIDS; (iii) aumento  
294 da taxa de mortalidade por homicídios (2010-2020); (iv) aumento da taxa de mortalidade por  
295 suicídios (2010-2020); (v) número de notificações da violência interpessoal/autoprovocada com  
296 informação válida para variável raça/cor; (v) baixas coberturas vacinais do calendário básico de  
297 imunização. 29. Chama atenção e desperta preocupação a cobertura vacinal em nosso Estado.  
298 Assim, como se tem verificado em outros estados da federação, na Bahia continuamos verificando  
299 índices abaixo das metas preconizadas para todas as vacinas do Calendário Básico das Crianças  
300 menores de 2 anos de idade. Comparando-se os dados de 2022 com os do ano anterior, observa-se  
301 que houve decréscimo para todas as vacinas monitoradas, caracterizando um cenário crítico e  
302 extremamente arriscado para a reintrodução de vírus que estavam sob controle. 30. Por fim, no  
303 que tange às auditorias realizadas no período, importante registrar que não obstante o Plano Anual  
304 de Auditoria (PAA 2020) tenha estabelecido a realização de 134 atividades, no ano de 2022 foram  
305 realizadas apenas 95 auditorias, correspondendo ao percentual de 70,90%, um percentual menor  
306 do que o registrado no ano de 2021, de 85,82%. III. Conclusões 31. Nesse sentido, opino pela  
307 aprovação do RAG-2022, por entender que este atende aos requisitos legais aplicáveis, sendo,  
308 contudo, recomendando intensificar o monitoramento e aperfeiçoar o processo de fixação dos  
309 compromissos, das metas e dos indicadores pactuados nos anos subseqüentes, de modo que

310 reflitam compromissos factíveis e desafiadores, mas que considerem a análise do cenário. 32.  
311 Sugiro, ainda, ao Pleno a aprovação do Relatório Anual de Gestão 2022 da Secretaria Estadual de  
312 Saúde da Bahia - SESAB, por entender que o mesmo atende ao que estabelece a Lei Complementar  
313 141/12. 33. Não obstante a aprovação, sugiro ao Pleno que expeça recomendação à Secretaria,  
314 para que: a) Intensifique ações para evitar a redução da cobertura vacinal em nosso Estado; b)  
315 Intensifique as ações para potencializar a atenção hematológica e hemoterápica à população da  
316 Bahia; c) Adote providências para o enfrentamento do aumento da tuberculose e da AIDS; d)  
317 Reforce a atuação no cuidado com a saúde mental, de modo a reduzir a automutilação e o suicídio,  
318 especialmente de jovens e crianças. e) Apresente os relatórios de auditorias realizadas no âmbito  
319 do SUS-BA, referente à gestão estadual; 34. É nesse sentido o meu parecer que submeto para  
320 deliberação do Plenário deste Conselho Estadual de Saúde. THIAGO LOPES CARDOSO  
321 CAMPOS, Conselheiro Estadual de Saúde”. **O Senhor Presidente** franqueou a palavra aos  
322 conselheiros. **O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** parabenizou Emanuele pela  
323 apresentação e observou que não se pode atribuir toda a responsabilidade à Secretaria da Saúde,  
324 pois a aplicação e o desenvolvimento das políticas de saúde envolvem diversas instituições.  
325 Ressaltou que o papel do Conselho é acompanhar e fiscalizar essas políticas. Embora as ações  
326 possam ser rápidas, é fundamental que o Conselho esteja presente, especialmente no  
327 acompanhamento dos serviços adquiridos pela Secretaria. Destacou que muitas políticas de saúde  
328 envolvem a compra de serviços e sugeriu que o Conselho tenha um papel mais ativo no  
329 acompanhamento desses serviços. Apontou que as metas estabelecidas não estão cumprindo os  
330 prazos e estão atrasadas. Sobre o compromisso 16, afirmou que é positivo o investimento na  
331 população mais carente, mas é necessário um acompanhamento mais detalhado. Embora o estado  
332 esteja investindo, a execução dos serviços está sendo delegada à iniciativa privada, o que na sua  
333 opinião não é o ideal. Defendeu que a responsabilidade pelo cuidado da saúde deveria ser da  
334 Secretaria da Saúde, e não de uma administração sem a estrutura e expertise necessárias para  
335 avaliar e garantir a qualidade dos serviços de saúde. Por fim, solicitou que a SEAP fosse convidada  
336 para apresentar um relatório sobre a produção dos serviços adquiridos e financiados pela Secretaria  
337 da Saúde. **O conselheiro Raimundo Rodrigues Cintra** informou que gostaria de obter mais detalhes  
338 sobre a fonte do levantamento relacionado à saúde do trabalhador e expressou o interesse de  
339 aprofundar essa questão. Além disso, sugeriu que o relatório de Thiago fosse expandido para  
340 incluir uma análise mais detalhada sobre mulheres, crianças e trabalhadores(as). **O conselheiro**  
341 **Luiz Delfino Mota Lopes** reconheceu o trabalho de qualidade realizado pelo Lacen, mas apontou  
342 um problema: a demora entre a realização do exame e a entrega do resultado. Esse atraso tem  
343 gerado críticas dos pacientes, que se queixam da falta de agilidade no sistema. Embora a SESAB  
344 e o SUS estejam cumprindo com suas responsabilidades, observou que um dos parceiros não está  
345 fazendo sua parte de forma adequada. Mencionou o aumento de casos de pé diabético e  
346 amputações no estado, o que exige ações mais efetivas a nível estadual. Especificamente, na região  
347 do Sisal, há um número crescente de amputações, muitas das quais decorrentes da atividade de  
348 corte do sisal. Relatou ter recebido um vídeo do Distrito Federal mostrando próteses para  
349 amputados de até 14 centímetros, que permitem algum movimento das mãos amputadas. Sugeriu  
350 que fosse feito um contato com o CEPRED para verificar a possibilidade de apoio nesse sentido.  
351 Por fim, o conselheiro disse que enviaria os vídeos para Emanuele, para que ela os utilizasse como

352 base na busca por soluções que possam beneficiar as pessoas amputadas. **O Conselheiro Silvio**  
353 **Roberto dos Anjos e Silva** informou que tem acompanhado há bastante tempo o projeto 'Água  
354 Doce', coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente e com a participação da DIVISA. Esse  
355 projeto realiza a captação de água em poços e a transforma em água potável. Além disso, o  
356 conselheiro destacou a necessidade de revisar o processo de regionalização. Durante suas viagens,  
357 tem observado que a relação entre os municípios e as macrorregiões não está sendo efetiva.  
358 Também mencionou que a Secretaria da Saúde continua a investir em terceirizações e, ao visitar  
359 as unidades de saúde do estado, percebeu a grande quantidade de empresas terceirizadas, o que  
360 gera confusão entre a população, que muitas vezes não sabe se o serviço prestado é público ou  
361 privado. Por fim, solicitou que, no parecer e nas recomendações, fosse incluída a realização de  
362 concurso público como medida para fortalecer o serviço público. **A Conselheira Maria Helena**  
363 **Ramos Belos** ressaltou que, no RAG, alguns compromissos não refletem a realidade das mortes  
364 por tuberculose, HIV e AIDS. Mencionou que o Lacen enfrenta sérias dificuldades, especialmente  
365 a falta de testes para tuberculose, e que tem recebido diversas queixas devido ao aumento  
366 significativo dos casos de tuberculose, afetando muitas pessoas. Solicitou orientações sobre como  
367 proceder diante dessa situação. Além disso, informou que, embora exista o comitê de tuberculose  
368 na coordenação de agravos, ele não está funcionando adequadamente, e pediu a implementação de  
369 medidas para resolver essa questão e melhorar o acompanhamento e tratamento da doença. **O**  
370 **Conselheiro Rosalvo de Oliveira Júnior** informou que, no parecer, no parágrafo 25, foram  
371 mencionados os impactos dos desastres naturais. Destacou que a Câmara Federal criou uma  
372 comissão especial voltada à prevenção e ao auxílio em desastres e calamidades naturais. Como  
373 conselheiro da área ambiental, ressaltou que esse tema se tornará cada vez mais relevante e urgente.  
374 Sugeriu que fosse considerada a inclusão de uma recomendação adicional à Secretaria, para que  
375 ficasse mais atenta às questões relacionadas aos desastres naturais e às mudanças climáticas. O  
376 conselheiro também abordou a grave questão das mortes por acidentes de trânsito, destacando a  
377 importância de se dar atenção a essa problemática. Enfatizou que as mortes não são o único  
378 impacto, pois as vítimas que sobrevivem ficam com sequelas graves e necessidades especiais, o  
379 que representa um custo elevado para a sociedade, que precisará oferecer suporte a essas pessoas.  
380 **O Conselheiros Alcides Jorge Carvalho dos Santos** abordou a política estadual de atenção integral  
381 à saúde da população negra, destacando a necessidade de um esforço conjunto entre a Secretaria  
382 da Saúde e o Conselho para sensibilizar as gestões municipais sobre a importância dessa política.  
383 Ressaltou que a população negra representa 75% da população baiana e, portanto, é fundamental  
384 tratar de suas questões de saúde de maneira específica e integrada. Dentro dessa política, sugeriu  
385 a criação de coordenações que abordem questões como doença falciforme, albinismo e saúde  
386 prisional, pois esses são desafios reais enfrentados pela população negra, e não devem ser tratados  
387 de forma isolada. Mencionou que teve contato com um especialista em glaucoma, que trabalha  
388 com a saúde ocular da população negra, explicando que o tratamento para esse grupo difere do  
389 tratamento da população branca. Sugeriu que o conselho trouxesse esse médico para uma palestra  
390 e defendeu a criação de uma comissão específica de saúde da população negra dentro do conselho,  
391 para garantir uma abordagem horizontalizada e abrangente na área da saúde. **O Senhor Presidente**  
392 recomendou que fosse aprofundada a possibilidade de as políticas públicas serem encaminhadas  
393 ao Conselho antes de sua implementação, para que possam ser amplamente discutidas, permitindo

394 que o Conselho exerça plenamente suas funções de ser propositivo, deliberativo e fiscalizador. Em  
395 relação à análise apresentada por Thiago Campos, solicitou que fossem incluídas as ações  
396 realizadas pelo CES, como a 5ª Conferência Estadual de Saúde Mental, os encontros regionais, as  
397 reuniões ampliadas e as visitas aos conselhos municipais. Além disso, sugeriu que, nas  
398 recomendações, fosse destacado o fortalecimento da política e do financiamento da Escola de  
399 Saúde Pública do SUS, uma vez que a escola é um patrimônio do povo baiano e precisa de mais  
400 investimentos. Mencionou que a escola foi certificada pela Secretaria de Educação e tem a  
401 capacidade de oferecer cursos para as comunidades. **A Secretária Roberta Santana** agradeceu a  
402 Thiago Campos pela contribuição no relatório, destacando a pertinência das sugestões feitas pelos  
403 conselheiros. Ao falar sobre saúde mental, enfatizou que é fundamental incluir a saúde do  
404 trabalhador, já que as demandas não podem ser atribuídas exclusivamente à Secretaria. Ressaltou  
405 que o trabalho é conjunto, envolvendo o Conselho, a governança tripartite do SUS e a sociedade  
406 civil, que também desempenha um papel importante. Sobre os acidentes de trânsito, mencionou  
407 que 90% da demanda de regulação é voltada para ortopedia, e 10 a 20% para idosos que sofreram  
408 acidentes em casa. Reconheceu a necessidade de um trabalho de conscientização e enfatizou a  
409 importância de discutir a realização de concursos públicos, como caminho legal para o setor.  
410 Mencionou que a Política Pública de Saúde da População Negra, é uma prioridade do governo, e  
411 que deve ser trabalhada de forma integrada e consolidada. No que diz respeito à saúde nos  
412 presídios, mencionou as dificuldades na execução dos recursos destinados a essa área devido a  
413 restrições do governo federal, e sugeriu retomar o assunto com a SEAP para uma abordagem mais  
414 clara. Em relação aos hospitais de custódia, destacou que a lei já está em vigor e que está sendo  
415 acompanhada pela Secretaria de Direitos Humanos. A regionalização foi outro ponto abordado,  
416 considerando que não é possível discutir saúde pública sem incluir a regionalização. Mencionou o  
417 avanço da rede PEBA, reconhecido pelo Ministério da Saúde, e a necessidade de potencializar os  
418 consórcios de saúde como uma grande estratégia para melhorar a integração dos serviços. Sobre a  
419 regulação, afirmou que criou um grupo de trabalho para tratar dessa pauta prioritária, com foco na  
420 região sudoeste. O objetivo é desenvolver a "microrregulação", permitindo a resolução de questões  
421 dentro das próprias regiões. Falou sobre o aumento da incidência de tuberculose, ressaltando que  
422 o governo federal está dando maior atenção à doença. Mencionou a realização de testes de  
423 tuberculose em algumas unidades e destacou a importância de quebrar o ciclo de transmissão da  
424 sífilis e do HIV. Finalizou parabenizando a equipe, reconhecendo as metas que precisam ser  
425 aprimoradas, e afirmou que há uma necessidade urgente de avançar nas questões relacionadas à  
426 saúde renal, com a possibilidade de abrir novas clínicas de hemodiálise. A ação sobre o pé diabético  
427 também foi mencionada como uma prioridade. **O conselheiro Thiago Lopes Cardoso Campos**  
428 informou que as análises realizadas foram baseadas nos dados fornecidos pela Secretaria.  
429 Ressaltou que, como Conselho, o objetivo é destacar os pontos que considera importantes. Ao  
430 elaborar o relatório, ele montou uma planilha com todas as metas e seus respectivos percentuais  
431 de cumprimento, sugerindo que, nos próximos relatórios, seja possível verificar claramente quais  
432 políticas ou metas foram cumpridas e quais não foram concluídas. Destacou que este relatório  
433 avalia a gestão da Secretária Adélia no ano de 2022 e trouxe dados epidemiológicos para  
434 demonstrar as ações da Secretaria e como estavam impactando na melhoria das condições de saúde  
435 da população. **O Senhor Presidente** informou que o Comitê de Saúde da População Negra já existe,

436 com o Conselho sendo representado pelo Conselheiro Silvio Roberto, e sugeriu ampliar a  
437 participação do Conselho nesse comitê. Solicitou à Secretaria Executiva que fizesse um  
438 levantamento dos comitês da SESAB em que o Conselho participa, a fim de encaminhar essas  
439 informações aos conselheiros. Destacou que o relatório quadrimestral não precisava ser submetido  
440 à votação, pois era de caráter recomendativo. Em seguida, colocou em votação o parecer do RAG  
441 2022, apresentado pelo Conselheiro Thiago Campos, que foi aprovado por unanimidade. O Senhor  
442 Presidente realizou a leitura da nota de repúdio da Conselheira Passidomo e a colocou em  
443 apreciação. – “Nota de repúdio ao Senhor Hisham Mohamad, Presidente do CONASEMS. A  
444 efetivação da nova Política Nacional de Saúde Bucal (lei federal 14.572 de 08 de maio de 2023)  
445 promulgada pelo atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, promove a expansão das equipes de  
446 saúde bucal no SUS mediante considerável financiamento, de forma a asseverar maior acesso e  
447 acessibilidade aos serviços odontológicos pela população brasileira. Nesse ínterim, os  
448 trabalhadores de saúde bucal buscam a implementação do piso salarial garantido pela lei 3.999 de  
449 1961 e a valorização financeira, tendo em vista a classe entender que saúde bucal não pode estar  
450 dissociada da valorização destes profissionais que atuam no SUS! A nova Portaria de Saúde Bucal  
451 (n. 960 de 17 de julho de 2023) aborda o alcance de metas pelas equipes de saúde bucal e o repasse  
452 de incentivos aos profissionais. Porém, tais repasses dependem de planejamento de gestão. Diante  
453 desse momento de luta da classe, nos surpreende um cirurgião-dentista, atual presidente do  
454 CONASEMS, Senhor Hisham Mohamad Hamida, solicitar ao Ministério da Saúde a remoção do  
455 artigo 15-D da referida portaria que contempla os repasses aos profissionais das equipes de saúde  
456 bucal. Nesse sentido, repudiamos tal atitude contrária à classe trabalhadora, essencial para a  
457 consolidação das políticas públicas. A implantação das políticas públicas e a efetivação de suas  
458 ações dependem da força trabalhadora, que necessita de dignidade humana no contexto laboral, a  
459 exemplo da motivação e satisfação econômica! Os repasses garantem o mínimo de justiça a estes  
460 trabalhadores e devem ser motivados e implantados, sendo, portanto, a atitude do atual presidente  
461 do CONASEMS divergente do interesse da política, da sociedade e da classe trabalhadora, em  
462 especial, os profissionais das equipes de saúde bucal! Por conseguinte, sugerimos que o Senhor  
463 Hisham Mohamad solicite aos municípios a elaboração de legislação municipal para o  
464 cumprimento dos repasses financeiros para os profissionais das equipes de saúde bucal  
465 contemplados pelo artigo 15-D da Portaria n.960 supracitada. Avancemos por uma odontologia  
466 mais valorizada! Avancemos nas conquistas dos trabalhadores do SUS! Avancemos na garantia de  
467 direitos! Avancemos no fortalecimento do SUS!” A Nota de Repúdio colocada em apreciação e  
468 aprovada pelo Pleno do Conselho Estadual de Saúde da Bahia. O Senhor Presidente informou que  
469 encaminharia ao CONASEMS, com o objetivo de ser divulgada publicamente. Solicitou a  
470 aprovação do Pleno para formalizar a solicitação à Secretária de Saúde sobre a possibilidade de  
471 realizar a construção de uma feira de saúde voltada para a população negra, em parceria com as  
472 iniciativas sobre a doença falciforme e os povos de terreiro. Informou também que apresentou uma  
473 proposta à Secretaria para incorporar, nas feiras, ações de educação permanente e prevenção à  
474 saúde no SUS. **A Secretária Roberta Santana** informou que havia uma programação pré-aprovada,  
475 com uma feira de saúde para o homem prevista para o mês de novembro. Propôs reunir-se com a  
476 SEPROMI, que trata das questões políticas da saúde da população negra, e com a Secretária  
477 Ângela para avaliar as possibilidades de parceria. Caso fosse viável, se colocou à disposição para

478 apoiar a realização da feira. Em relação à educação permanente, destacou que considerava  
479 excelente qualquer iniciativa voltada para formação e capacitação, e estava aberta para discutir  
480 estratégias que atraíssem participantes, garantindo a aprovação da proposta. O Senhor Presidente  
481 agradeceu a presença de todos e, não havendo mais assuntos a tratar, declarou encerrada a sessão.  
482 Informou que a próxima reunião seria convocada de acordo com o calendário previamente  
483 estabelecido. Eu, Rogério Moreno Portugal Santos, lavrei a presente ata, que será assinada pelos  
484 Senhores Conselheiros após ser lida e aprovada.

485

486 Salvador, 26 de outubro de 2023.

487

488 Secretária da Saúde do Estado da Bahia

489

490 Roberta Silva de Carvalho Santana (Titular)

491 Cássio André Garcia (Suplente)

492

493 Secretaria de Meio Ambiente

494

495 Mauricio Carneiro Paim (Titular)

496 Rosalvo de Oliveira Junior (Suplente)

497

498 Fundação da Associação baiana de medicina - FABAMED

499 José Saturnino Rodrigues (Suplente)

500

501 Associação de Hospitais e serviços de saúde do estado da Bahia - AHSEB

502 Luiz Delfino Mota Lopres (Suplente)

503

504 Instituto de Direito Sanitário Aplicado - IDISA

505 Thiago Lopes Cardoso Campos (Titular)

506

507 BAHIAFARMA

508 Fernanda Melo Lins (Suplente)

509

510 Sindicato dos Auxiliares de Enfermagem, Técnicos de Enfermagem, Técnicos de Enfermagem do  
511 Trabalho e Técnicos de Patologia Clínica do Estado da Bahia - SINTEFEM.

512 Adeilma Pinheiro da Conceição (Suplente)

513

514 Conselho Regional de Enfermagem da Bahia - COREN

515 Maria Luiza Leitão Campelo (Titular)

516

517 Conselho Regional de Fonoaudiologia - 4ª Região - CREFONO 4

518 Victor Maia de Meneses Barbosa (Titular)

519

- 520 Conselho Regional de fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região- CREFITO7
- 521 Luana Grazielle Moura Saldanha (Titular) \_\_\_\_\_
- 522
- 523 Conselho Regional de Odontologia – CROBA
- 524 Maria da Conceição Sanches Passidomo (Titular) *Maria da Conceição Sanches Passidomo*
- 525 Kairo Silvestre Meneses Damasceno (Suplente) *Kairo Silvestre Meneses Damasceno*
- 526
- 527 Associação baiana das pessoas vivendo com Doenças Falciformes – ABADFAL
- 528 Naianne Dias Costa (Suplente) *Naianne Dias Costa*
- 529
- 530 Associação de Defesa dos pacientes Crônicos Renais do Estado da BAHIA- ASDEPACRE/BA.
- 531 José Vasconcelos de Freitas (Titular) *José Vasconcelos de Freitas*
- 532
- 533 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
- 534 Silvio Roberto dos Anjos e Silva (Titular) *Silvio Roberto dos Anjos e Silva*
- 535
- 536 Associação das Pessoas Com Albinismo na Bahia – APAALBA
- 537 Maria Helena Machado Santa Cecilia (suplente) *Maria Helena Machado Santa Cecilia*
- 538
- 539 Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Nordeste 3 – Bahia e Sergipe - CNBB
- 540 Maria Helena Ramos Belos (Titular) *Maria Helena Ramos Belos*
- 541
- 542 Associação Cultural e Religiosa Sítio de Paz
- 543 Alcides Jorge Carvalho dos Santos (Suplente) \_\_\_\_\_
- 544
- 545 Associação Habitacional, Esporte, Cultura, Lazer e Formação Profissionalizantes dos
- 546 Trabalhadores e Trabalhadoras do Ramo da Social da Seguridade Social na Bahia –
- 547 AFOSHACLASS – BA
- 548 Valdemir Medeiros da Silva (Titular) \_\_\_\_\_
- 549 Raimundo Rodrigues Cintra (Suplente) *Raimundo Rodrigues Cintra*
- 550
- 551 Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramim – CAP DEVER
- 552 José Silvino Gonçalves dos Santos (Titular) *José Silvino Gonçalves dos Santos*
- 553
- 554 Fórum Pensar Saúde
- 555 Marcos Antonio Almeida Sampaio (Titular) *Marcos Antonio Almeida Sampaio*